



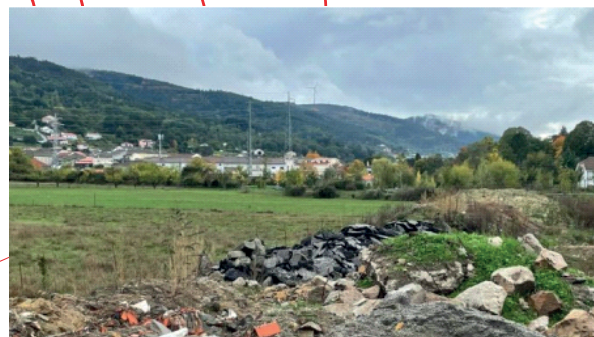
**JANTAR DE TOMADA DE POSSE DA NOVA COMISSÃO POLITICA**

**PÁGINA 2**



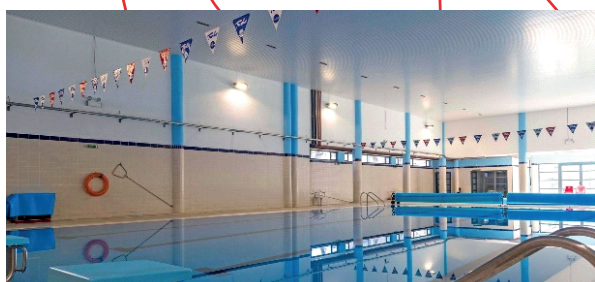
**MERCADO DO GADO – A OBRA INFINITA**

**PÁGINA 5**



**CRIME AMBIENTAL EM PEDRAS SALGADAS?**

**PÁGINA 6**



**PISCINAS MUNICIPAIS INTERIORES DE VILA POUCA DE AGUIAR ENCERRADAS DESDE 2020**

**PÁGINA 7**

## JANTAR DE TOMADA DE POSSE DA NOVA COMISSÃO POLITICA



**É ALIÁS ESTA A CONVICÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA, “UNIR PARA CONSTRUIR O FUTURO”.**

A Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Vila Pouca de Aguiar promoveu um jantar convívio, para reunir as hostes socialistas e fazer um retrato do panorama político atual. O jantar contou com cerca de 170 pessoas, em que participaram militantes, simpatizantes, eleitos locais, autarcas de outros Municípios do Distrito de Vila Real, bem como, o Presidente da Federação do Partido Socialista de Vila Real, Luís Machado e o Presidente da Federação Distrital de Vila Real da Juventude Socialista, André Abraão. A forte adesão dos participantes foi bem notória, refletindo a união e o compromisso de todos nesta caminhada pelo futuro do nosso concelho. Só unidos conseguiremos vencer.



Foram várias as intervenções durante o encontro, de destacar o discurso do recém-eleito Presidente da Concelhia de Vila Pouca de Aguiar, Pedro Crespo, que começou a sua intervenção por agradecer a presença de todos apelando à união do Partido. Durante a sua intervenção, destacou a má gestão municipal do atual e anteriores executivos do PSD, dando vários exemplos de obras públicas paradas, serviços fechados há demasiado tempo e sem resolução à vista como as piscinas municipais interiores, salientando ainda a perda de população, o aumento da emigração, a perda de empresas e a consequente falta de emprego, bem como, a desertificação galopante do concelho.

Concluiu assim que “O poder instalado, há mais de 20 anos, no nosso concelho, por parte do PSD é incapaz de dar resposta às necessidades dos Aguiarenses, e que está à vista de todos a sua falta de iniciativa para fixar pessoas e inverter o rumo negro da desertificação que é gritante e muito preocupante.”



Tomou também a palavra a Vice-Presidente da Concelhia, Joana Lobão Figueiredo, referindo que é intenção da nova Comissão Política, a criação de uma estrutura Concelhia de mulheres. Salientando que “Esta estrutura terá como finalidade principal formar e capacitar mulheres para a intervenção política a fim de sermos chamadas à participação não por mero cumprimento legal de quotas, mas por reconhecerem a nossa capacidade e valorizarem o nosso saber”.



**O PARTIDO ESTÁ ATIVO,  
ESTÁ UNIDO, ESTÁ  
REVIGORADO E CONTAMOS  
COM TODOS PARA CONSTRUIR O  
FUTURO**

Tomaram igualmente a palavra André Abraão, Presidente da Federação Distrital de Vila Real da Juventude Socialista, e o Presidente da Federação de Vila Real do Partido Socialista, Luís Machado, onde destacou a sua ligação ao concelho, fazendo referência à massa associativa presente e à necessidade desta força para o futuro do concelho.

Este encontro de militantes, promovido pela Concelhia do PS de Vila Pouca de Aguiar, foi uma grande demonstração de união dentro do Partido Socialista de Vila Pouca de Aguiar, mostrando que o partido está ativo, unido e revigorado.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Decorreu no passado dia 16 de dezembro, a Assembleia Municipal onde foram abordados assuntos importantes e com impacto na vida dos Aguiarenses, tais como, a taxa variável de IRS, o lançamento de Derrama para 2023, e as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, pontos que se revestem de extrema importância, e mereceram o voto contra da bancada Socialista pelas razões aí defendidas e que se passam a expor.

### Taxa variável de IRS:

Relativamente à Taxa Variável de IRS, a proposta do executivo municipal, liderado pelo PSD é não abdicar de estabelecer a taxa máxima de 5%, ou seja, propunha cobrar a cada Aguiarenses 5% do seu IRS no ano de 2023. O Grupo Municipal do Partido Socialista votou contra esta proposta, defendendo que o executivo camarário podia prescindir de uma parte ou da totalidade deste imposto; O mesmo não ouviu as pretensões da bancada Socialista, e, assim, com esta tomada de posição, obriga todos os Aguiarenses a pagar tal taxa de 5%. Assim, e conforme já referido anteriormente, o Partido Socialista, votou contra a proposta apresentada por considerar que os Municípios necessitam, urgentemente, de apoio municipal para combater a inflação e a crise económica. Esta questão faz ainda mais sentido numa altura em que o País e o Mundo atravessam uma crise, que afeta diretamente a economia pessoal e familiar, logo seria fundamental baixar ou até mesmo isentar os Municípios deste valor.

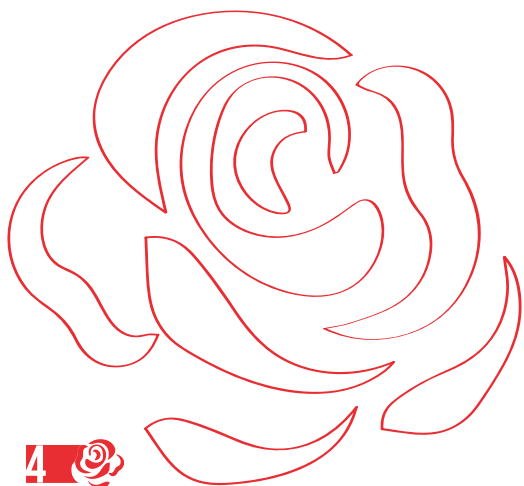
Além disso, no ano de 2021, dos 308 Municípios existentes em Portugal, 151 isentaram ou baixaram o IRS, ou seja, quase 50% das Câmaras Municipais a nível nacional ajudam as suas populações, não se compreendendo como o Município de Vila Pouca de Aguiar insiste em manter a taxa máxima, obrigando os Aguiarenses a pagá-la. A proposta do PSD foi aprovada por maioria, com os votos contra do Partido Socialista.

Como poderemos aceitar que um Executivo Camarário diga que pretende fixar jovens no interior, mas, ao mesmo tempo, lhes cobra impostos, quando poderia não o fazer?

### Lançamento da Derrama

Para o ano de 2023, o executivo camarário propôs taxar as empresas com volume de negócios superior a 150.000€, sendo que, também, e relativamente a este imposto, poderia prescindir de uma parte ou da totalidade da sua participação da Derrama, para cativar a fixação de empresas privadas. Este ponto reveste-se de extrema importância visto que, as empresas são criadoras de emprego, e que consequentemente promovem a fixação de pessoas, num concelho já despovoado. Para além disso, existem concelhos limítrofes com taxas mais reduzidas, tornando-se, assim, mais atrativos para a fixação de tecido empresarial e consequentemente contribuir para a fixação de população. Porém e apesar de tudo isto, o executivo camarário não ouviu as pretensões da bancada Socialista, e, assim, mereceu o voto contra, tendo a proposta sido aprovada por maioria.

Como poderemos aceitar que um Executivo Camarário diga que pretende fixar empresas no interior, mas, ao mesmo tempo, lhes cobra impostos, quando poderia não o fazer?



O Grupo Municipal do Partido Socialista de Vila Pouca de Aguiar **votou contra** este orçamento por considerar que este é claramente um orçamento de continuidade,

**SEM IDEIAS NOVAS, SEM IDEIAS CAPAZES DE GALVANIZAR O CONCELHO, SEM ESTRATÉGIAS CONCRETAS PARA FIXAR POPULAÇÃO, PARA CRIAR EMPREGO, PARA ATRAIR EMPRESAS.**



### Orçamento para 2023:

O Orçamento Municipal para 2023 apresentado pelo executivo camarário é claramente um orçamento de continuidade, sem ideias novas, sem ideias capazes de galvanizar o concelho, sem estratégias concretas para fixar população, para criar emprego, bem como, para atrair e fixar empresas e, fundamentalmente, sem ideias para combater a desertificação no concelho de Vila Pouca de Aguiar. Apesar desta factualidade, o certo é que, o PSD não ouviu a bancada Socialista, a qual votou contra o referido ponto, porquanto não se revê no Orçamento, acabando o mesmo por ser aprovado por maioria. Em suma, não se vislumbra neste Orçamento, nem nas opções do executivo camarário, qualquer linha estratégica ou qualquer ideia que possa inverter o rumo da desertificação galopante, que se tem verificado no concelho de Vila Pouca de Aguiar. Assim, o ano de 2023, será, infelizmente, um ano onde os nossos problemas estruturais se vão agravar e para os quais o executivo camarário liderado pelo PSD não apresentou soluções, algo que não se compreende num Município com elevadas potencialidades, que, evidentemente, não são aproveitadas.

**Somos assim obrigados a questionar, qual é efetivamente a estratégia para o futuro do nosso concelho?**





A empreitada de construção do Mercado do Gado de Vila Pouca de Aguiar, que se situa na rua Avenida Dr. Abílio Ribeiro, junto ao Posto da Guarda Nacional Republicana, tem a sua conclusão atrasada, sendo mais um caso da má gestão do executivo camarário.

Para além do sucedido, verificamos ainda que no dia 14/09/2022, foi adjudicado para esta obra um adicional de 136.830,82€, **pois toda a envolvente exterior do edifício não se encontrava contemplada no contrato inicial da obra**, o que é bem revelador da má gestão do executivo do PSD.

Como já referido, não se compreende como uma obra tão simples está atrasada quase 3 anos, o que é bem demonstrativo da inércia deste executivo, pois este problema verifica-se em todas as obras em curso, como a Estação de Pedras Salgadas, o Centro da Proteção Civil (Antigo Quartel dos Bombeiros) e o Balneário Termal do Cardal.

Concluindo, no entender da Concelhia do Partido Socialista, esta situação é bem reveladora da falta de vontade e de bem gerir as obras, por parte do executivo camarário, em prol da população Aguiarense.

A obra foi adjudicada pelo Município de Vila Pouca de Aguiar a 22 de Março de 2019 por um valor de **178.800,00€**

**COM UM PRAZO DE EXECUÇÃO INICIAL DE 270 DIAS**

O início dos trabalhos deu-se a 05/06/2019, devendo por essa razão, a obra encontrar-se concluída no dia 29/02/2020.

No entanto, à data de hoje (31/01/2023), ainda se encontra longe de estar concluída, estando em execução há 1.316 dias, repercutindo-se, assim, um atraso de 1.067 dias em relação ao prazo inicial, isto é, com um

**ATRASO DE QUASE 3 ANOS**



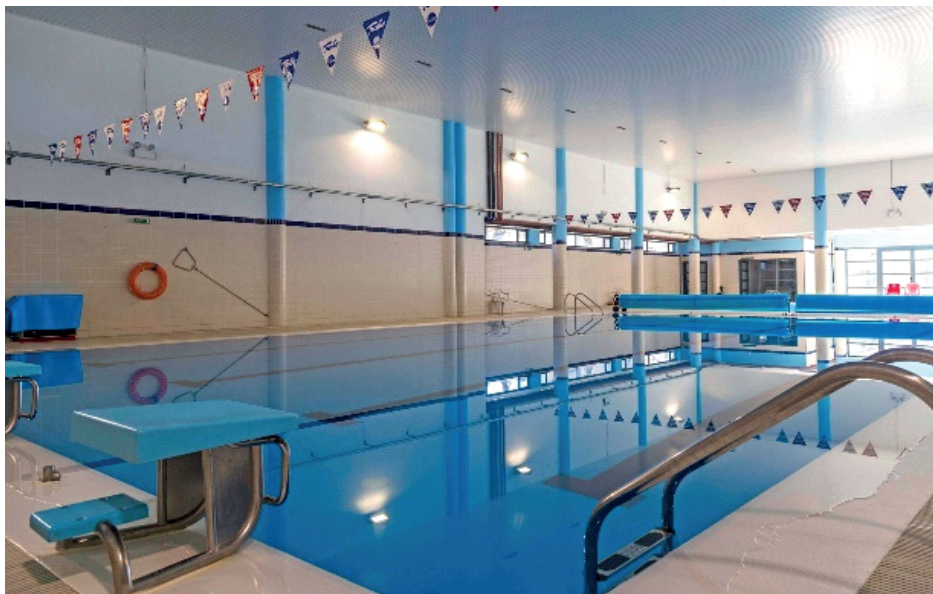
A Concelhia do Partido Socialista de Vila Pouca de Aguiar teve conhecimento no passado mês de dezembro de 2022, que estão a ser utilizados resíduos de construção e demolição para a execução de aterros, nomeadamente alcatrão e outros, na nova transversal em frente à Escola Básica de Pedras Salgadas, bem como, nas imediações da Avenida Nuno Simões.

Esta situação configura, uma **violação** da legislação que rege a gestão dos resíduos de construção, o Decreto de Lei nº 102- D/2020, de 10 de Dezembro e para além disso é absolutamente inadmissível que o Município e a Junta de Freguesia de Bornes de Aguiar permitam que se enterrem resíduos de construção, que poderão ocasionar uma série de impactos ambientais nos recursos hídricos existente, poluição das águas e dos lençóis freáticos, poluição do solo, bem como, poderá originar problemas de saúde na população.



Esta questão foi levada à reunião de câmara no dia 22 de dezembro de 2022, tendo o executivo assumido que os resíduos estavam a ser utilizados para subir o terreno e posteriormente fazer uma área de apoio à comunidade, que as obras apesar de não serem da sua responsabilidade, mas sim da Junta de Freguesia de Bornes de Aguiar, a situação estava a ser acompanhada pelo Município.

Em suma, e no entender da Concelhia do Partido Socialista, esta é mais uma prova da absoluta inação e inércia do executivo camarário relativamente às obras/empreitadas em curso.



Na altura, este encerramento foi justificado pela crise sanitária da Covid-19, mas desde então nunca mais abriram,

## E JÁ LÁ VÃO 33 MESES.

A 21 de Setembro de 2021, e como dava jeito, pois estávamos em vésperas de mais umas Eleições Autárquicas, o Município de Vila Pouca de Aguiar publicou no Notícias de Aguiar na secção “Órgãos Autárquicos – Destaques”, onde prometia a reabertura das piscinas municipais interiores, no início do ano escolar para a prática de natação e aulas de hidroginástica. No entanto, tal não se verificou. Assim, em janeiro de 2023, passado mais de um ano e três meses, a sua abertura ainda não se verificou, obrigando a população Aguiarense a procurar outras alternativas para a prática de natação, em Concelhos limítrofes. Para além disto, a natação deixou de ser opção nas atividades letivas do Agrupamento de Escolas, e assim continuará até que os problemas sejam resolvidos atempadamente para um planeamento letivo eficaz.

Conforme é do conhecimento de todos os Aguiarenses as Piscinas Municipais Interiores encontram-se encerradas desde março de 2020.

Durante o período de setembro de 2021 a janeiro de 2023, o Partido Socialista questionou várias vezes o executivo camarário, quer nas reuniões de câmara, quer nas assembleias municipais, através dos seus eleitos, e as desculpas apresentadas quer pelo Presidente da Câmara, Alberto Machado, quer pelo Vereador do Pelouro, Filipe Nascimento, foram sempre as mesmas: ou as caldeiras de aquecimento estavam avariadas, ou o sistema de aquecimento estava avariado, sendo que, até as trovoadas registadas em novembro 2022, foram justificação para a inércia do executivo, o que é lamentável e inqualificável a todas as níveis.

Na última reunião de câmara, de dia 22/12/2022, foi assumido pelo Vereador do Pelouro, Filipe Nascimento, que as piscinas iriam reabrir no final do mês de Janeiro de 2023.

Em suma, será desta vez que poderemos ver as piscinas municipais reabertas?

### “NÃO HÁ PERSPETIVAS FUTURAS”

A proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, foi apresentada no dia 30 de novembro pelo senhor Presidente da Câmara, que destacou o elevado valor do mesmo: cerca de 30 milhões de euros. Referiu ainda que 1,5 milhões de euros serão distribuídos pelas Juntas de Freguesia, num sinal de confiança no trabalho por elas desenvolvido. A bancada do PS pediu a palavra e no uso da mesma relembrou que “a população continua a diminuir e isso é fruto das políticas que têm sido implementadas no concelho” e que, por si só, “a diminuição da população é preocupante, mas mais quando olhamos para a evolução do número de população jovem, pois a tendência é para piorar”. Referiu, ainda, a redução de todas as verbas que remetem para o desenvolvimento, contrastando com o aumento das verbas afetas aos serviços municipais. Os deputados do PS terminaram dizendo que “não se consegue entender porque é que o caminho não passa por fomentar e potenciar o investimento privado”. As políticas implementadas nos últimos 20 anos, e reforçadas neste Orçamento, têm contribuído significativamente para a desertificação do território, envelhecimento da população, desertificação, carência económica e social, isto é, ausência de perspetivas futuras. Posto tudo isto, os deputados da bancada Socialista votaram contra o orçamento para 2023, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD.



ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CAMPO DE FÉRIAS RETIFICADA APÓS CRÍTICAS DO PS

### “QUEM SAI PREJUDICADO SÃO AS FAMÍLIAS TRABALHADORAS AGUIARENSES”

O Executivo da Câmara reuniu a 22 de dezembro e entre 15 propostas em análise, uma prendeu-se com o Campo de Férias do Município. Propunha o executivo camarário, colocar um limite no tempo de frequência das crianças, que até aqui podiam permanecer os quatro períodos nas férias de Verão (cerca de dois meses), passando a poder estar até ao máximo de dois períodos. O PS, na pessoa de Katarina Da Silva, pediu esclarecimentos sobre a proposta; tomou a palavra a vereadora do pelouro, Ana Rita Dias, a qual referiu que existem casos de famílias que estão em casa e mandam as crianças para o Campo de Férias, acrescentando que o Município não pretende substituir-se à família. Interveio, novamente, a bancada Socialista, na pessoa de Katarina Da Silva, a qual referiu que entende a natureza da proposta, mas lembrou que “num concelho cada vez mais envelhecido e desertificado, fortemente assolado pelas reduzidas taxas de natalidade, defendemos a ampliação de apoios às famílias com filhos menores, e não o inverso. Defendemos uma solução capaz de fazer face à situação descrita sem que se tenha de limitar o tempo de usufruto do Campo de Férias”. Mais referiu que a proposta do executivo camarário prejudica as famílias trabalhadoras Aguiarenses e que acredita que nem sempre a máxima “por um pagam todos” deve prevalecer. Por fim, afirmou que a proposta, contará com voto contra da bancada Socialista, caso não fosse alterada. Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, o qual concordou com a perspetiva apresentada pelo PS, tendo referido que devem ser consideradas soluções que não prejudiquem as famílias que necessitam efetivamente do Campo de Férias. Assim, foi, então, proposta uma cláusula adicional ao dito regulamento, **“a integração de vagas extra podem ser aprovadas atendendo à análise técnica dos serviços e à pertinência da frequência”**. Face a tal retificação, a proposta foi aprovada por unanimidade.